



UFSM

Artigo Monográfico de Especialização

**ALFABETIZAÇÃO:
UM DESAFIO PARA O ALUNO COM
DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM
E PARA A ESCOLA**

Claudia Florindo

CAPÃO DA CANOA, RS, Brasil

2010

**ALFABETIZAÇÃO:
UM DESAFIO PARA O ALUNO COM
DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM
E PARA A ESCOLA**

por

Claudia Florindo

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

**CAPÃO DA CANOA, RS, Brasil
2010**

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de Especialização.

ALFABETIZAÇÃO:
UM DESAFIO PARA O ALUNO COM
DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM
E PARA A ESCOLA

Elaborado por
Claudia Florindo

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação
de Surdos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Amara Lúcia Holanda Tavares Battistel
(Presidente/Orientador)

Prof.^a Mda. Adriane Cenci

Prof.^a Mda. Tatiane Negrini

CAPÃO DA CANOA, RS, Brasil
2010

RESUMO

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

ALFABETIZAÇÃO: UM DESAFIO PARA O ALUNO COM DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM

AUTOR: CLAUDIA FLORINDO
ORIENTADOR: AMARA LÚCIA HOLANDA TAVARES BATTISTEL
Local de defesa e data: Capão da Canoa, novembro de 2010.

A alfabetização na contemporaneidade ainda é um desafio para a escola, muitos são os problemas encontrados no contexto escolar em relação aos alunos que fracassam nas séries iniciais do ensino fundamental. Portanto, este artigo monográfico trata de uma pesquisa qualitativa, descritiva, realizada em duas escolas públicas municipais do litoral do Rio Grande do Sul, com diferentes realidades, sendo uma escola pioneira em educação inclusiva, e a outra escola ainda não está organizada dentro da proposta de educação inclusiva. Objetivando analisar as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos educandos do segundo ano do ensino fundamental dessas duas escolas, a fim de identificar a grande desigualdade em relação aos fracassos nas classes de alfabetização que ocorrem nesses dois contextos escolares, foi selecionada quatro professoras que atuam em classes de alfabetização, sendo duas de cada escola que responderam um questionário com questões abertas e fechadas, sobre suas práticas pedagógicas. Muitas são as barreiras que os alunos precisam enfrentar até chegar à alfabetização, algumas em relação ao seu meio social e familiar, e outras em relação à escola, aos métodos e as práticas pedagógicas dos professores.

Palavras-chave: alfabetização, contexto escolar, dificuldades de aprendizagem.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	05
2. CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO.....	08
3. CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO	10
4. AS DIFICULDADES NO PROCESSO EDUCACIONAL NO CONTEXTO DO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO.....	12
5. ANALISANDO A REALIDADE DO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO EM DUAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS	15
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
REFERÊNCIAS	24
ANEXO.....	25
ANEXO A - Questionário aplicado como instrumento de pesquisa.....	26

1 APRESENTAÇÃO

Na contemporaneidade significativas dificuldades de aprendizagem tem sido uma realidade no contexto escolar. Sabe-se que essas podem ser decorrentes de vários fatores, entre os quais podem ser citados os de ordem cognitiva, psicológica, relativas ao meio social, ao contexto familiar, entre outros. As questões referentes ao contexto familiar tem sido um desafio com o qual a escola tem se deparado constantemente e para o qual tem buscado alternativas de superação.

Entre os problemas de ordem familiar encontram-se aqueles relacionados às novas formações familiares, a fome e desnutrição, a violência doméstica e a drogadição no ambiente, a falta de acesso à leitura e escrita, entre outros. Essas questões têm sido rotineiramente trazidas para o ambiente escolar. Certamente a escola tem um papel a desempenhar diante de tal demanda. Entretanto, percebe-se que essa ainda é uma questão controversa da qual emana a seguinte questão: **porque na realidade escolar que vivencio há significativas reprovações no segundo ano do ensino fundamental?**

Contudo, tal assunto é de grande importância e tem preocupado muitos professores nos contextos escolares nos quais estou inserida, onde muitos fracassos são vivenciados. São alunos que repetem vários anos a mesma série, outros que não querem mais estudar, pois se sentem desestimulados com sucessivas reprovações, e que, mesmo sabendo ler, se negam a fazer as atividades de escrita propostas em aula e por isso reprovam.

Nos dias atuais a escola deve ser inclusiva. Nesse contexto escolar “inclusivo” encontram-se muitos alunos que não conseguem se alfabetizar no segundo ano do ensino fundamental. Outros, porém, quando conseguem se alfabetizar, encontram dificuldades no domínio da leitura e da escrita, estendendo suas dificuldades para o aprendizado nos anos seguintes.

Essa situação colabora para que muitos alunos percam a motivação pela aprendizagem, levando a aumentar ainda mais suas dificuldades. Como consequência observa-se a repetência e a evasão escolar, o que gera uma exclusão quanto ao processo de escolarização destes educandos.

Assim, percebe-se que a escola tem tido dificuldades em alcançar o objetivo de oferecer a educação para todos, na perspectiva da educação inclusiva. Sendo assim, os alunos com dificuldades de aprendizagem não recebem alternativas diferenciadas e/ou mais flexíveis para aquisição da leitura e da escrita. Observa-se então, uma rotina contínua de repetição de ano até que ele se alfabetize, ou, desestimulado por sucessivos fracassos, acabe evadindo da escola.

Ainda como agravante para o aluno que não está alfabetizado, não pode seguir sua caminhada no meio escolar, já que a leitura e a escrita são requisitos básicos para os anos seguintes. Dessa forma, a evolução da aprendizagem do aluno é desconsiderada. Por isso verifica-se que há necessidade um trabalho diferenciado quanto a estes alunos ocorrendo a sua inclusão.

Faz-se necessário o desenvolvimento de pesquisas que venham a investigar esse contexto, identificando lacunas na escola, quer seja nos processos de ensino e de aprendizagem, nos processos mediativos usados pelos professores, quer sejam na dinâmica adotada pela mantenedora, relativa à oferta ou não de estratégias metodológicas de pessoal, na contratação de uma equipe multidisciplinar para que auxilie a escola e os alunos a vencerem as barreiras impostas pelas suas dificuldades.

Com isso, a educação inclusiva objetiva uma educação específica de alunos com necessidades especiais, possibilitando a busca pelos recursos necessários para suprir as lacunas apresentadas no aprendizado da leitura e escrita para os alunos que venham ter dificuldades de aprendizagem

Neste sentido, esta pesquisa pretende abordar como tema a problemática dificuldade de aprendizagem no processo de alfabetização em uma escola inclusiva do município de Capão da Canoa e outra escola que ainda não possui uma proposta educacional inclusiva no município de Xangri-Lá.

Com a finalidade de desenvolver a presente pesquisa, tem-se como objetivo geral analisar as dificuldades de alfabetização apresentadas pelos educandos do segundo ano do ensino fundamenta em duas escolas públicas municipais do litoral do Rio Grande do Sul.

Para tanto, foram delimitados os seguintes objetivos específicos: identificar as possíveis dificuldades encontradas no processo de alfabetização pelo educando,

analisar as principais influências do meio social e familiar neste processo, bem como conhecer as percepções dos professores sobre a alfabetização.

Este trabalho foi organizado de forma que o primeiro capítulo apresenta a contextualização do processo de alfabetização; o segundo capítulo aborda as dificuldades encontradas de processo educacional relativas ao processo de alfabetização em crianças de classes populares; e o terceiro capítulo discute a realidade encontrada no processo de alfabetização em duas escolas públicas municipais do litoral do Rio Grande do Sul. Em seguida são apresentadas as considerações finais.

2 CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO

Para o desenvolvimento desta pesquisa adotou-se como metodologia a abordagem qualitativa que de acordo com os autores Lüdke e André (1986, p.11): “a pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e situação que está sendo investigada, via de regra através do trabalho intensivo de campo”. E também de natureza descritiva como ressaltam os autores citados, em que “os dados são predominantemente descritivos. O material obtido nessas pesquisas é rico em descrições de pessoas, situações, acontecimentos.” (1986, p.12).

Foi usado como instrumento de investigação um questionário com questões abertas e fechadas sobre as práticas de quatro professoras da rede pública municipal, sendo duas atuantes em classes de alfabetização em uma escola do município de Capão da Canoa e duas atuantes em classe de alfabetização em uma escola e do município de Xangri-Lá. Objetivando analisar as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos educandos do segundo ano do ensino fundamental dessas duas escolas, os sujeitos investigados foram escolhidos por atuarem nos dois ambientes que trabalho como professora alfabetizadora, cada professora ficou com o questionário durante uma semana, nenhuma apresentou dúvidas sobre as questões.

A escola do município de Capão da Canoa é pioneira em educação inclusiva, foi construída oferecendo aos alunos com necessidades especiais as adaptações necessárias de acessibilidade. Seu Plano Político Pedagógico e seu Regimento Escolar vão ao encontro das políticas públicas inclusivas e seu o corpo docente é formado por professores e educadoras especiais. A escola localiza-se em uma comunidade muito carente, apresentando alguns núcleos familiares compostos por um novo modelo e pais e responsáveis com pouco grau de escolaridade.

A segunda é do município de Xangri-Lá, ainda não está organizada dentro da proposta de educação inclusiva. Tem uma classe especial que funciona dentro da escola. Nessa classe especial são atendidos os alunos com necessidades educacionais especiais, que freqüentam a classe especial até serem considerados aptos para acompanhar o ensino regular. Alguns alunos com deficiência mental

grave permanecem nessa classe. O corpo docente da escola é formado por professores e psicopedagogas. A escola conta também com uma psicóloga para avaliar os alunos que apresentam dificuldades para acompanhar a aprendizagem dos seus pares. Ainda não apresenta um Plano Político Pedagógico que contemple a educação inclusiva e a maioria dos professores que integram o corpo docente da escola apresentam resistência em relação ao processo de inclusão. É uma comunidade escolar com bom poder aquisitivo, a maioria das famílias tem ensino fundamental completo de escolaridade.

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

O conceito de alfabetização durante muito tempo esteve restrito a concepção de que este processo ocorria por meio da aquisição do código da escrita e da leitura, processado a partir da codificação através da escrita e decodificação através da leitura.

A partir dos anos 1980, o conceito de alfabetização foi ampliado a partir das contribuições dos estudos sobre a psicogênese da aquisição da língua escrita realizados por Emilia Ferreiro e Ana Teberosky (1999). De acordo com esses estudos, o aprendizado do sistema de escrita não se reduz ao domínio de correspondência entre grafemas e fonemas (decodificação e codificação), mas se caracteriza como um processo ativo por meio do qual a criança, desde seu primeiro contatos com a escrita, constrói e reconstrói hipóteses sobre a natureza e o funcionamento da língua escrita, compreendida como um sistema de representação da linguagem oral.

A partir dessa nova concepção muitas modificações foram introduzidas, sobretudo na forma como passou a ser dinamizado os processos de ensino e de aprendizagem da leitura e escrita. Foi preciso repensar a forma de ensinar a partir de uma nova percepção da forma de aprender.

De acordo com, Ana Teberosky e Emília Ferreira o processo de aprendizagem da língua escrita para o aluno passa por quatro principais níveis de conhecimentos, aos quais elas denominaram primeiro ao quarto respectivamente: pré-silábico, silábico, silábico-alfabético e alfabético. Vale salientar que estas a passagens entre os níveis não ocorre de forma linear, mas como uma espiral ascendente, ou seja, com ida e vindas entres os níveis de alfabetização.

Sinteticamente estes níveis são caracterizados da seguinte forma: o primeiro nível é denominado **pré- silábico**, e se caracteriza pela reprodução dos traços típicos da escrita que a criança identifica como a forma básica da mesma, não se busca correspondência com o som; as hipóteses das crianças são estabelecidas em torno do tipo e da quantidade de grafismo. Isso quer dizer que a palavra boi, por exemplo, pode ser escrita com muitas letras, pois a criança compreende que o

animal é grande e necessita de muitas letras para escrever a palavra, e a palavra formiga com poucas letras, já que se trata de um animal pequeno.

No nível **silábico**, a criança compreende que as diferenças na representação escrita está relacionada com o som das palavras, o que a leva a sentir a necessidade de usar uma forma de grafia para cada som. Há uma correspondência entre sílaba e som. Normalmente para uma palavra com três sílabas é usada três letras.

No nível **silábico-alfabético** a criança começa compreender a relação entre a totalidade e as partes, supera a 'hipótese silábica estrita' e encontra-se em franco caminho para a descoberta da hipótese alfabética, ou seja, já está quase no nível alfabético.

Já no nível **alfabético** – a criança usa as letras com o valor fonético convencional.

Quando alguém se alfabetiza, percorre uma trajetória à qual é dado o nome de psicogênese da alfabetização. A psicogênese se caracteriza, neste caso, por uma seqüência de níveis de concepção dos sujeitos que aprendem. Estes níveis são ligados a uma hierarquia de procedimentos, de noção e de representações, determinada pelas propriedades das relações e das operações em jogo. Grossi (1990 *apud* MOLL, 1996, p. 106-107).

Considerando a psicogênese, o professor passa a respeitar o momento da criança, entendo que a alfabetização é um processo em construção, ou seja, percebe a construção do conhecimento do aluno rumo à alfabetização. A criança alfabetizada torna-se independente, confiante, agente da sua aprendizagem.

4 AS DIFICULDADES NO PROCESSO EDUCACIONAL NO CONTEXTO DO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

A história da educação no Brasil é marcada por um modelo ineficiente no que diz respeito às classes menos favorecidas. Ao longo dos anos, a maioria da população brasileira deixada de lado por esse modelo educacional representou um grande número de analfabetos.

A escola contemporânea está organizada nos moldes tradicionais, sendo que na atualidade ela deve ser inclusiva se adequando as políticas públicas educacionais. Segundo Prieto (2006, p.33).

“As instituições escolares, ao reproduzirem constantemente o modelo tradicional, não têm demonstrado condições de responder aos desafios da inclusão social e de acolhimento às diferenças nem de promover aprendizagens necessárias à vida em sociedade, particularmente nas sociedades complexas do século XXI. Assim, neste século em que o próprio conhecimento e nossa relação com ele mudaram radicalmente, não se justifica que parte expressiva da sociedade continue apegada à representação da escola transmissora de conhecimentos e valores fixos e inquestionáveis.”

Com efeito, até hoje a escola que deverá ser inclusiva, apresenta dificuldades para se adequar às necessidades das classes populares, isso se reflete no atual cenário de repetência e evasão escolar, já no início das séries iniciais do ensino fundamental. Moll (1996) afirma que a exclusão da escola está ligada “a baixa produtividade” da escola nas suas tarefas de ensino-aprendizagem e concretiza-se nos mecanismos de seletividade intra-escolar denominados de reprovação, repetência e “deserção” ou “evasão” escolar.

O analfabetismo vem sendo sustentado por uma ideologia dominante burguesa enraizado no contexto escolar, que passa despercebida pela grande maioria dos profissionais da educação envolvida no processo de ensino aprendizagem.

[...] O professor ainda é um ser superior que ensina a ignorantes. Isto forma uma consciência bancária. O educando recebe passivamente os conhecimentos, tornando-se um depósito do educador. Educa-se para arquivar o que se deposita. Mas o curioso é que o arquivado é o próprio homem, que perde assim seu poder de criar, se faz menos homem, é uma peça. O destino do homem deve ser criar e transformar o mundo, sendo o sujeito de sua ação. (FREIRE, 1979, p.38).

A instituição escolar está formatada pelo modelo de ensino das classes dominantes que até bem pouco eram as únicas clientelas que tinha acesso à educação brasileira. Grande parte dos que ensinam hoje foram formados nesse modelo, então refletem aquilo que aprenderam. Dessa forma são autores inconscientes, pois ignoram a educação democrática, agindo de maneira reprodutiva desse modelo ineficiente. Nesse contexto onde as realidades não se encontram, o que um fala o outro não entende, o conhecimento que o aluno traz para escola não é valorizado causando uma falta de sintonia entre o ensinar e o aprender.

[...] Daí que sempre tenha insistido em que as palavras com que organizar o programa da alfabetização deveriam vir do universo vocabular dos grupos populares, expressando a sua real linguagem, os seus anseios, as suas inquietações, as suas reivindicações, os seus sonhos. Deveriam vir carregadas da significação de sua experiência existencial e não da experiência do educador. A pesquisa do que chamava universo vocabular nos dava assim as palavras do Povo, grávidas de mundo. Elas nos vinham através da leitura do mundo que os grupos populares faziam. Depois, voltavam a eles, inseridas no que chamava e chamo de codificações, que são representações da realidade. (FREIRE, 1989, p.13)

Dessa forma deveria acontecer essa relação no processo de alfabetização. A alfabetização tem sido um grande desafio para educadores e responsáveis pelo sistema de ensino, porém, ainda atualmente, recai somente sobre familiares e o aluno o insucesso na alfabetização. Parece que, apesar da escola oferecer todas as condições necessárias para a criança se alfabetizar, ela é incapaz de se apropriar do conhecimento. Contudo, a escola está longe de ser um ambiente facilitador da alfabetização. Estão presentes nesses cenários professores com metodologias ultrapassadas, falta de recursos e materiais didáticos, famílias com novos modelos de formação, além de muita falta de diálogo entre a escola e os responsáveis pelos alunos.

A questão é que a escola não está preparada para lidar com a grande diversidade cultural e social da atualidade. Os alunos que apresentam sucesso na alfabetização são aqueles que geralmente já tiveram acesso à leitura e a escrita no seu meio familiar. Esses alunos na sua grande maioria são de famílias bem estruturadas e com um padrão de vida economicamente favorecidos em relação aos que não tem nenhum contato com material escrito. Ferreiro (1987 *apud* SUKEINNIK,

2000, p.89), ressalta: “Não são as crianças que estão obrigadas a chegar quase alfabetizadas à escola; é a escola que tem a obrigação social de alfabetizar”.

Muitas crianças já recebem o rótulo no primeiro ano de ensino fundamental de “fracas”, de crianças com “dificuldade de aprendizagem” só pelo fato de não terem nenhum contato anteriormente com a leitura e a escrita. Nesse sentido, Ferreiro (1987*apud* SUKEINNIK, 2000, p. 83), afirma:

O que acontece no início da escolaridade primária é decisivo para o resto da história escolar da criança. É ali, nas aulas do 1º ano primário, que a criança é definida como bom aluno, lento, rápido, com problemas, sem problemas. É ali que vai receber a ‘primeira etiqueta’, que terá conseqüências no resto de sua escolaridade.

É comum rotular o aluno na escola e muitos professores desistem desses alunos rotulados por acreditarem que eles não vão aprender no mesmo ritmo que os demais. E assim se agrava a situação desse aluno que, sem ter alguém para dar atenção e mediar às atividades propostas, auxiliando-o a superar as barreiras que impedem a sua aprendizagem, de fato não terá condições de vencer suas dificuldades sozinho e andar no mesmo ritmo de aprendizagem que os seus pares.

5 ANALISANDO A REALIDADE DO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO EM DUAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

A partir da Constituição Federal de 1988, as políticas públicas foram voltadas à implementação de condições necessárias à igualdade de acesso e permanência à escola para todas as crianças. Entretanto, na prática, observam-se poucas modificações, pois na contemporaneidade ainda é possível perceber que o cenário de fracassos nas classes de alfabetização é uma realidade contínua. Para melhor esclarecer à situação atual foi realizada uma pesquisa em duas escolas de diferentes realidades.

Será denominada escola A, a escola do município de Capão da Canoa que desde a sua fundação foi pioneira em educação inclusiva na região, é estruturada oferecendo Sala de Recursos Multifuncional para atender alunos com necessidades especiais, Laboratório de Aprendizagem para atender em turno inverso os alunos que não acompanham o rendimento da turma, e cujo corpo docente conta com professoras e educadoras especiais para atender os alunos com necessidades educacionais especiais, como alunos surdos, com cegueira, baixa visão, transtornos globais do desenvolvimento e deficiência mental. Localiza-se em uma comunidade muito carente, a maioria das famílias são organizadas com um novo modelo familiar e a maior parte dos responsáveis pelas famílias trabalha na construção civil.

A escola B é uma a escola do município de Xangri-Lá que se localiza no centro do município e não está organizada dentro de uma proposta inclusiva. Ainda, os alunos com necessidades educacionais especiais frequentam uma classe especial, que funciona dentro da própria escola e serve para preparar os alunos que apresentam muitas dificuldades ou necessidades educacionais especiais até que ela tenha condições acompanhar seus pares em sala de aula regular. Alguns alunos que apresentam deficiência mental grave ficam sempre nessa classe especial. O corpo docente da escola é formado por professoras, duas psicopedagogas que atendem todos os alunos do município e uma psicóloga que atende os alunos da escola duas vezes por semana.

Neste capítulo serão apresentados e analisados os dados da pesquisa. A questão de número um é referente ao perfil dos sujeitos investigados. Na escola A, a

professora M tem formação em Pedagogia e a outra, professora G, somente Magistério, ainda não concluiu sua graduação em Pedagogia. Na escola B, as duas professoras R e V têm formação em Magistério com outra licenciatura: R possui Magistério com Licenciatura Plena em História, e V Magistério com Licenciatura Plena em Biologia.

Quanto à formação dos professores entrevistados, foi possível perceber que a maioria não tem formação necessária para atuar em classes de alfabetização. Apenas uma das professoras é formada em Pedagogia em Séries Iniciais, formação considerada adequada segundo a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira).

A questão número dois é referente ao tempo de experiência das referidas professoras em classe de alfabetização. As professoras M e G, da escola A, têm quatro e sete anos de experiência. As professoras R e V, da escola B, têm cinco anos de experiência em classe de alfabetização.

As questões três e quatro referem-se às metodologias usadas e as posturas adotadas em suas práticas pedagógicas. Nesse sentido foram unânimes em afirmar que usam métodos mistos, tanto em relação ao método de alfabetização, quanto às suas posturas em sala de aula costumam variar, pois as professoras admitiram adotar tanto a tradicional quanto a construtivista. Somente uma professora se considera totalmente construtivista. Para Ferreiro (1995, p.30, 31):

É útil se perguntar através de que tipo práticas a criança é introduzida na língua escrita, e como se apresenta este objeto no contexto escolar. Há práticas que levam a criança à convicção de que o conhecimento é algo que os outros, possuem e que só se pode obter da boca dos outros, sem nunca ser participante na construção do conhecimento. Há práticas que levam a pensar que “o que existe para se conhecer” já foi estabelecido, como um conjunto de coisa fechado, sagrado, imutável e não-codificável. Há práticas que levam o sujeito (a criança neste caso) fique de “fora” do conhecimento, como espectador passivo ou receptor mecânico, sem nunca encontrar respostas aos “porquês” e aos “para quê” que já nem sequer se atreve a formular em voz alta.

Por muito tempo a educação se organizou nos moldes sobre os quais a autora acima citada nos esclarece, de forma que aluno não tinha espaço para questionamentos, não tinha coragem para manifestar suas inquietações a respeito de sua aprendizagem.

Quanto à postura pedagógica, alterna-se entre a tradicional e a construtivista. Suas posturas são os reflexos de suas formações: por mais que uma professora se arrisque em ter uma postura diferente, em alguns momentos ela volta a se tornar tradicional, o que denota a falta de mudança de total de convicção, já que foi formada dentro da pedagogia tradicional.

Porém, todas as professoras têm experiência de mais de quatro anos em classes de alfabetização. Esse tempo de experiência foi suficiente para que todas as professoras pudessem ajustar sua metodologia, até atingir uma metodologia mista, ou seja, usar um pouco de tudo que deu certo para que os alunos se alfabetizassem em um único método.

A questão cinco é referente ao uso do recurso lúdico em sala de aula. Nessa questão as professoras também foram unânimes ao afirmarem que utilizam este recurso somente duas vezes por semana. A metodologia lúdica é a que mais desperta o interesse e estimula os alunos a aprender, é possível alfabetizar brincando. A alfabetização não pode ser resumida apenas a quatro paredes da sala de aula. O lúdico também auxilia na resolução de conflitos internos, como pode ser percebido na afirmação abaixo:

Falo em magia, que sempre encantou crianças e adultos, para poder mostrar que este processo é tão antigo na história do homem quanto à existência da magia. Os primitivos feiticeiros (ou magos, que também significa delicioso e sedutor quanto é o brincar) dominavam todo o conhecimento que depois foi dividido entre sacerdotes, artistas e cientistas. O que faz o feiticeiro? Ele utiliza o método muito comum às crianças quando brincam, que é a imitação. Imitando os fenômenos ou perigos que pretendem controlar, representando-os ou rerepresentando-os num plano de faz - de - conta, ele tenta dominar a situação. Fica claro que através da imitação o feiticeiro se torna autor do fenômeno ou dono da situação. Portanto, concomitante à mudança de planos- do real ao imaginário- há uma mudança radical de posição: de vítima a autor. Freud (1976 *apud* SUKIENNIK, 2000, p.62)

O Lúdico é magia para os conflitos internos da criança, como ressalta o autor supracitado, e é magia também para a aprendizagem. É um dos recursos mais valiosos dentro da escola: a professora R nos coloca como estratégia para facilitar o sucesso na alfabetização: "Utilizar técnicas variadas usando sempre que possível o lúdico torna as aulas mais interessantes".

As questões seis e sete são referentes ao número de alunos em classes de alfabetização e a média de repetências anuais nessas mesmas classes. Nas duas escolas a média de alunos nas classes de alfabetização é de 20 a 25 alunos, sendo que na escola A, normalmente reprovam cinco alunos e, na escola B, normalmente reprovam dois alunos anualmente nas classes de alfabetização. Essa questão nos confirma a realidade de que o maior fracasso nas classes de alfabetização acontece onde os alunos são provenientes de classes populares.

A reprovação e, por consequência, a repetência da série tem significado a reiteração da “não aprendizagem” dos alunos. Repetir a mesma série, via de regra, resulta na repetição da experiência de insucesso, pois o ponto de partida na série repetida não é determinado pelo grau de conhecimento atingido, até então, pelo aluno, mas pelo currículo pré-estabelecido pela escola. (MOLL, 1996, p. 47)

O aluno que reprova terá que repetir novamente todo o conteúdo do ano anterior, não interessando a sua caminhada até então da sua aprendizagem, isso com frequência desestimula o interesse pela aprendizagem e pela escola.

As questões oito e nove são referentes às atitudes das professoras perante a possibilidade do aluno não se alfabetizar e a que elas atribuem o insucesso na alfabetização de seus alunos. Quando percebem que os alunos não estão conseguindo se alfabetizar as professoras dizem que procuram primeiro conversar com a família e, a seguir, os encaminham para o reforço. Porém duas professoras, sendo uma da escola A e outra da escola B, oferecem atividades extras para esses alunos. As professoras entrevistadas atribuem à família e ao método utilizado a responsabilidade pelo insucesso na alfabetização dos alunos.

A professora R expressa essa opinião da seguinte forma: “A família, por não estimular e não participar da vida escolar da criança, muitas só comparecem a escola quando solicitada e muitas vezes não aparece. O método, muitas professoras trabalham apenas com um método e não são todas as crianças que aprendem com o mesmo método. Às vezes é necessário usar vários métodos.” Porém Ferreira (1995, p.30) nos alerta:

A nossa compreensão dos problemas tal como as crianças os colocam, e da consequência de soluções que elas consideram aceitáveis (e que dão origem a novos problemas), é, sem dúvida, essencial para poder ao menos imaginar um tipo de intervenção adequada à natureza do processo

real de aprendizagem. Mas reduzir esta intervenção ao que tradicionalmente denomina-se o “método utilizado” é limitar demais nossa indagação.

É necessário que o professor conheça cada um de seus alunos, tanto em suas dificuldades, para poder auxiliá-lo, quanto em suas potencialidades, para valorizar e melhor intervir no seu processo de alfabetização.

A questão dez é referente às dificuldades mais comumente apresentadas pelos educandos. Dentre estas, encontram-se as dificuldades de concentração, a falta de estímulos e a imaturidade.

A questão onze é referente às estratégias que poderiam ser adotadas para facilitar o sucesso na alfabetização. As principais estratégias a serem adotadas para facilitar o sucesso na alfabetização, segundo a opinião das professoras são: menor número de alunos nas classes de alfabetização, pois facilitaria o atendimento individualizado necessário nas séries iniciais do Ensino Fundamental; o provimento das salas de aula com recursos e jogos variados; o uso mais freqüente da metodologia lúdica como ferramenta para alfabetização, já que o lúdico é utilizado por todas elas apenas duas vezes por semana.

A professora G ressalta: “Nº menor de alunos nas salas, pois o atendimento individual é muito importante e satisfatório. Mais jogos, o lúdico também tem um papel importante. Entre outros.”.

A questão doze é referente ao nível de alfabetização necessário para o ingresso no terceiro ano (segunda série) do Ensino Fundamental. Na opinião de todas as professoras entrevistadas, o nível alfabético da psicogênese da língua escrita foi considerado adequado para a passagem da segunda para a terceira série. Nesse nível, a criança usa as letras com o valor fonético convencional.

A escrita alfabética constitui o final da evolução. Ao chegar a este nível, a criança já franqueou a “barreira do código”; compreendeu que cada um dos caracteres da escrita corresponde a valores sonoros menores que a sílaba e realiza sistematicamente uma análise sonora dos fonemas das palavras que vai escrever. Isto não quer dizer que todas as dificuldades tenham sido superadas: a partir desse momento, a criança se defrontará com dificuldades próprias da ortografia, mas não terá problemas de escrita, no sentido estrito. (FERREIRO, 1999, p. 219)

Porém o aluno que chega ao final do segundo ano do Ensino Fundamental e encontra-se no nível silábico-alfabético, acaba reprovando por não ter alcançado o

suficiente para atender as necessidades do ano seguinte. Assim, toda a caminhada até então percorrida no processo de alfabetização é desvalorizada.

A questão treze é referente adequação da escola com a comunidade escolar onde está inserida. Em relação a essa questão, as professoras da escola A acreditam que a escola está totalmente adequada para a comunidade que atende. Na escola B, uma professora acredita que não há adequação e na opinião da outra professora, a adequação é contemplada em parte.

As questões catorze, quinze e dezesseis são referentes à participação, à constituição e à escolarização das famílias que fazem parte da comunidade escolar. Quanto à constituição, participação e escolarização das famílias:

- na escola A, a maioria das famílias foge ao padrão tradicional de constituição familiar, o qual há a presença do pai e da mãe. Nesse caso, os responsáveis pouco participam das atividades escolares relativas às crianças. As professoras entrevistadas acreditam que a maioria dos pais tem o Ensino Fundamental completo;

- na escola B, a maioria das famílias é constituída por mãe e padrasto. As famílias participam das atividades da escola sempre que solicitadas e as professoras acreditam que a maioria tem o Ensino Fundamental e o Ensino Médio completos.

De acordo com Ferreiro (1995 p.60,61):

Os estudos comparativos com as populações de diversas procedências sociais e nacionais nos permitem afirmar que é muito o que a escola pode fazer para ajudar as crianças, especialmente aquelas cujos pais, analfabetos ou semianalfabetos, não possam transmitir-lhes um conhecimento que eles mesmos não possuem. O professor é que pode minorar esta carência, evitando, porém ficar prisioneiro das suas próprias convicções: de um adulto já alfabetizado. Para ser eficaz, terá que adaptar seu ponto de vista ao de uma criança.

No entanto, sabemos que o meio social e familiar no qual o aluno está inserido interfere diretamente na sua aprendizagem. Os alunos que são originários da comunidade mais carente, além das dificuldades sociais, têm que enfrentar uma nova organização familiar, e muitas vezes não tem alguém que se responsabilize pela sua educação, delegando somente para a escola esse papel. Por outro lado a escola não está preparada para assumir essa responsabilidade sozinha e, como conseqüência, esses alunos acabam fracassando.

A questão dezessete é referente aos profissionais que a mantenedora oferece para atender os alunos com dificuldade de aprendizagem. Os municípios oferecem vários profissionais para atender os alunos com dificuldades de aprendizagem, entre eles psicólogos, psicopedagogos, educadoras especiais, entre outros. Esses profissionais servem principalmente para fazer diagnósticos das dificuldades dos alunos, saber a causa da não aprendizagem. Quando diagnosticado algum tipo de deficiência, na escola A esses alunos são atendidos em Sala de Recursos Multifuncional, no AEE (Atendimento Educacional Especializado); na escola B são encaminhados para Classe Especial.

Quando diagnosticada dificuldade de aprendizagem, na escola A os alunos são encaminhados para reforço no Laboratório de Aprendizagem; na escola B, para a Sala de Recursos com a psicopedagoga no mesmo turno, e para reforço no turno inverso.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto do estudo em questão é a dificuldade do aluno que não consegue se alfabetizar, inicialmente acreditando-se que a causa principal era o próprio aluno. Entretanto, no percurso da investigação, através da pesquisa de campo e dos autores consultados, foi possível perceber que a maior dificuldade encontra-se no contexto escolar, que não consegue se adequar às necessidades dos alunos das camadas mais populares.

A alfabetização implica mais que uma questão de codificação e de decodificação de letras. Leitura e escrita é uma questão de língua, de significação, de manifestação cultural. No entanto a escola não corresponde à cultura das classes menos favorecida, desvaloriza o que é considerado importante para os alunos que provem desse meio, causando um desconforto para a maioria deles alunos que não tiveram acesso à leitura e a escrita antes de entrar na escola.

Entre as principais dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos educandos do segundo ano do ensino fundamental foram destacadas pelas professoras entrevistadas a dificuldade de concentração, a falta de estímulos e a imaturidade. Percebemos o quanto essas dificuldades estão interligadas, pois o aluno que não se concentra, não está interessado no assunto da aula, logo também não está estimulado para aprender. Consequentemente, o aluno que não está estimulado é considerado imaturo, por que apresenta interesse por outras coisas como brincar, por exemplo.

Mas precisamos nos perguntar se a escola é um lugar interessante, se ela oferece momentos que estimule o aluno a aprender, ou se é um espaço monótono, desestimulante, onde o professor é que sabe só ele fala e os alunos ficam enfileirados, durante um longo período sem poder conversar.

A escola precisa abrir espaço para a brincadeira, para a interação, tornar-se um lugar que contemple a aprendizagem. O lúdico deve estar presente diariamente no fazer pedagógico do professor. Os jogos envolvendo a alfabetização é uma excelente ferramenta que pode contribuir para aquisição da leitura e escrita, além de despertar e estimular o interesse do aluno pela aprendizagem.

Mas o papel da família é fundamental para incentivar o aluno a aprender, e a valorizar a escola. Para isso, a escola deverá buscar meios para dialogar com a comunidade em que está inserida, conhecendo sua comunidade. Sabendo seus anseios, saberá melhor criar estratégias para a participação dos pais e responsáveis pelos alunos no contexto escolar.

A maioria dos professores atribui o insucesso na alfabetização à família, porém a escola tem que criar meios para alfabetizar aqueles alunos que não recebem apoio em casa. Esses alunos de comunidades mais carentes muitas vezes são filhos de pais analfabetos, que não tem como e não sabem como ajudar os filhos na hora de realizar atividades de leitura e escrita, e também não as valorizam, por não fazerem parte de suas vidas.

Diante dos resultados desta pesquisa, ficou esclarecido que a escola pode e deve ser um agente facilitador da alfabetização, contribuindo para a inclusão de alunos independente de suas limitações e dificuldades. Num ambiente interativo, lúdico, instigador o aluno certamente se sentirá motivado a atuar como agente de sua aprendizagem. Nesse ambiente, qualquer aluno certamente será capaz de aprender.

REFERÊNCIAS

BLATTES, Ricardo Lovatto. **Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais.** 2ª ed. Brasília: MEC.

FERREIRO, Emília e Teberoski, Ana. **Psicogênese da língua escrita.** Porto Alegre. Artes Médicas Sul, 1999.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização.** Tradução Horácio Gonzales (et.al.). 24ª ed. atualizada. São Paulo: Cortez, 1995.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** Paulo Freire. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

LÜDKE, Menga e Marli E.D. A André. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, Maria Teresa Egér (Org.). **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos,** São Paulo: Summus, 2006.

MOLL, Jaqueline. **Alfabetização possível: reinventando o ensinar e o aprender.** Porto Alegre: Mediação, 1996.

SUKIENNIK, Paulo Beréi (Org.). **O aluno problema.** 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000.

ANEXO

ANEXO A – Questionário aplicado como instrumento de pesquisa

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO A DISTÂNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
DÉFICIT COGNITIVO E EDUCAÇÃO DE SURDOS**

PROJETO DE PESQUISA

ACADÊMICA: CLAUDIA FLORINDO

QUESTÕES PARA MONOGRAFIA

ESCOLA: _____ MUNICÍPIO: _____

1) Qual sua formação?

magistério com pedagogia pedagogia magistério com outra licenciatura especialização em _____ outros

2) Quantos anos de experiência em alfabetização você tem?

3) Qual é o método que você usa para alfabetizar?

sintético analítico misto

4) Como professor você considera ter uma postura:

tradicional construtivista um pouco de cada

5) Você utiliza o lúdico no seu trabalho com que frequência?

todos os dias três vezes por semana duas vezes não usa lúdico

6) Quantos alunos têm normalmente em cada classe de alfabetização?

7) Em média, quantos alunos reprovam na turma em que atua?

8) O que você faz quando percebe que o aluno não está conseguindo se alfabetizar?

9) A que você atribui o insucesso na alfabetização do aluno?

o aluno o método a escola a família o Sistema de Ensino

Por favor, explique sua resposta:

10) Quais as dificuldades mais comumente apresentadas pelos educandos?

imaturidade dificuldade para copiar dificuldade na leitura

dificuldade para interpretar dificuldade para se concentrar falta de estímulos outros _____

11) Em sua opinião quais estratégias poderiam ser adotadas para facilitar o sucesso na alfabetização?

12) Em que nível de aprendizagem da alfabetização você acredita ser o necessário para o aluno ser aprovado para o terceiro ano (ou 2ª série)?

silábico silábico alfabético alfabético

13) Você acredita que a escola está adequada com a realidade da comunidade em que está inserida?

sim não em parte está se adequando

14) Com que frequência a família participa na escola?

sempre que solicitada trimestralmente em eventos raramente participa

15) A maioria das famílias da comunidade escolar é constituída por:

pai e mãe mãe e padrasto pai e madrasta outros

16) Qual o grau de escolarização/letramento dos familiares das crianças atendidas?

() analfabetos () 1º grau incompleto () 1º grau completo () 2º grau () superior

17) Que profissionais o município oferece para atender os alunos com dificuldades de aprendizagem?